

**ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, às 09h 20min no Auditório do Museu das Águas, ocorreu a 15ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da ATA da 8ª Reunião Extraordinária do CEHIDRO; Informes; Aprovação da Resolução nº 19, que trata do estabelecimento de procedimento para análise de processos pelo CEHIDRO; Apresentação do programa VIGIÁGUAS – Programa de Qualidade de Água para Consumo Humano; Apresentação do Estudo de Regionalização para o Estado de Mato Grosso; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO o Senhor Luiz Henrique Magalhães Noquelli, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO, e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Telma Luzia Monteiro e Sra. Vera Lúcia Dias Lopes, representantes da SES; Sr. José do Carmo Ferraz filho, representante da SICME; Sra. Edenir Maria Serigatto, representante da UNEMAT; Sra. Cínthia Barroca de Castro, representante do IBAMA; Sr. Antonio Brandt Vecchiato, representante da ABAS; Sra. Ildisneya Velasco Dambros e Sra. Vânia Tarcila Borges, representantes da SANECAP; Sra. Alessandra Panizi de Souza, representante do INSTITUTO CREATIO; Sra. Josita Correto da Rocha Priante, representante do COORIMBATÁ; Sr. Eloi Antonio Brandão, representante da ARPCA. O Secretário Executivo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e apresentando aos conselheiros o Sr. Salatiel Alves de Araújo, Secretário Adjunto de Qualidade Ambiental e informando que o mesmo iria participar da reunião como Presidente em Substituição e destacando que como Secretário Adjunto ele possui o mesmo poder de decisão que o Secretário de Estado do Meio Ambiente. Em seguida passou a palavra ao Secretário Adjunto o qual colocou aos conselheiros que esteve ausente nas reuniões anteriores devido a seu envolvimento na questão do desmatamento para melhorar a imagem do estado como um todo destacando que pretende participar das próximas reuniões. Em seguida o Secretário Executivo apresentou a pauta da reunião para os conselheiros e colocou em votação a Ata da 8ª Reunião Extraordinária do CEHIDRO, a qual foi aprovada por unanimidade. A conselheira Josita Priante sugeriu que nas próximas reuniões extraordinárias não fossem colocadas em votação atas de reuniões ordinárias, pois na 8ª Reunião Extraordinária a aprovação da ata da 14ª Reunião Ordinária tomou muito tempo e desviou a atenção do assunto que levou a marcar a mesma, ao que o Secretário Executivo ponderou que iria verificar a possibilidade no Regimento Interno do CEHIDRO.

35 Dando continuidade a pauta, o Secretário Executivo informou aos conselheiros que a Ata
36 de 14ª Reunião Ordinária e a Resolução nº 18 foram publicadas no Diário Oficial do
37 Estado do dia 09/07/2008. Colocou ainda que a conselheira Ribenildes Carla Gomes e
38 Souza, representante suplente da FIENT, foi substituída pelo Sr. Adilson Valera Ruiz. A
39 conselheira Josita Priante convidou os conselheiros para assistirem a apresentação do
40 trabalho “Formação de Comitê de Bacia do Coxipó” pelo professor Alexandre Silveira, que
41 será as 19h do dia 10 de julho de 2008 no auditório do Departamento de Engenharia
42 Sanitária da UFMT, sendo complementado pelo Secretário Executivo que a SEMA estará
43 representada através da Sra. Leonice Lotufo, Gerente de Apoio e Fomento a Comitês de
44 Bacia Hidrográfica e que este projeto da UFMT de fomentar a criação deste comitê tem
45 total apoio da SEMA. Dando continuidade, o Secretário Executivo colocou aos
46 conselheiros que o CONSEMA passou para o CEHIDRO a atribuição de análise da
47 dispensa do EIA/RIMA para projetos de irrigação, uma vez que somente a disponibilidade
48 hídrica era verificada, sendo para isso necessária a análise destes projetos. Colocou
49 ainda que em virtude deste fato e da necessidade de posicionamento do CEHIDRO
50 quando a processos de outorga, conforme Resolução nº 12 de 06/06/2007, surgiu a
51 necessidade de se estabelecer um procedimento para fazer esta análise e para tanto foi
52 sugerida uma resolução. Passou a palavra para a Secretária do CEHIDRO, a qual leu a
53 resolução para os conselheiros, destacando que se teve a preocupação de seguir o
54 padronizado em outros conselhos, com uma entidade fazendo a relatoria do processo e
55 os outros se posicionando quanto ao acompanhamento ou não do voto do relator, bem
56 como o prazo de quinze dias para o conselheiro relator analisar o processo e enviar o seu
57 voto à secretaria executiva, a qual deverá enviar o mesmo aos conselheiros com sete dias
58 de antecedência a reunião seguinte. A conselheira Telma Monteiro questionou se no
59 momento do voto dos conselheiros haverá necessidade de justificar sua posição, ao que a
60 Secretária do CEHIDRO respondeu que somente o relator terá que se justificar. A
61 conselheira Vera Lopes questionou se algum conselheiro poderia pedir vistas do processo
62 e ponderando que se for possível será necessário marcar uma outra reunião para se ter a
63 análise do processo, ao que a Secretária do CEHIDRO respondeu que este ponto não
64 está contemplado na resolução, mas que poderia ser colocado, e sugeriu que fosse
65 marcada uma reunião após quinze dias da data do pedido de vista, para que o
66 conselheiro que a solicitou ficasse sete dias com o processo e enviasse sua posição a
67 Secretaria Executiva para que a mesma a encaminhasse aos conselheiros. O conselheiro
68 Antônio Vecchiato questionou se quando a Plenária não acompanhar o voto do relator

69 será necessário passar a relatoria a outro conselheiro, sendo respondido pela Secretária
70 do CEHIDRO que não será necessário, pois na resolução constará somente se o pedido
71 foi aprovado ou não. O Secretário Adjunto ponderou que este procedimento consta no
72 Regimento Interno do CONSEMA, destacando que no mesmo não ocorrem polemicas
73 normalmente, pois normalmente se tem a discussão de aspectos legais. O Secretário
74 Executivo colocou que quando um processo é encaminhado ao Conselho, seja
75 CONSEMA ou CEHIDRO, ele vem acompanhado de parecer técnico conclusivo, onde a
76 parte técnica foi amplamente discutida entre os técnicos da superintendência
77 demandante, porem o encaminhamento ao Conselho se faz necessário para atender aos
78 requisitos legais. A secretária do CEHIDRO ponderou que não é necessário que a
79 resolução seja aprovada nesta reunião, entretanto é importante se ter um posicionamento
80 quanto aos prazos. O Secretário Executivo colocou que quinze dias é um prazo longo,
81 pois existe todo um tramite de envio do processo ao CEHIDRO e normalmente o
82 empreendedor tem pressa em obter a resposta, ao que a conselheira Vera Lopes
83 ponderou que deve ser levado em conta que muitas vezes as pessoas viajam e isso torna
84 o tempo de análise do processo reduzido. A Secretária do CEHIDRO colocou que devido
85 a este fato que foi colocado como relator a Instituição e não o conselheiro, ficando
86 facultativo se seria o titular ou o suplente que faria a relatoria, ao que a conselheira
87 Cínthia de Castro colocou que muitas vezes os dois conselheiros podem viajar juntos. O
88 conselheiro Antônio Vecchiato questionou o que seria feito caso uma entidade não
89 pudesse fazer a relatoria, sendo respondido pela Secretária do CEHIDRO que neste caso
90 a entidade deveria se manifestar por escrito e seria passada a relatoria para a próxima
91 entidade, ao que o conselheiro ponderou que deve ser pensado se a entidade nestes
92 casos iria para o fim da lista ou faria a relatoria somente quando reiniciasse a lista. O
93 Secretário Executivo informou aos conselheiros que o Sr. Luis Henrique Chaves
94 Daldegan, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CEHIDRO, havia
95 chegado e o convidou a sentar a mesa e passou a palavra para o mesmo. O Presidente
96 colocou aos conselheiros que a SEMA está trabalhando com a descentralização do
97 trabalho, destacando que mesmo que não compareça a reunião as decisões do
98 CEHIDRO são levadas adiante pelo Secretário Executivo. Falou ainda que no CONSEMA
99 existem problemas com relação à relatorias de processos e destacou que devemos
100 sempre lembrar que a função do Conselho é fazer políticas e não ficar aprovando ou não
101 projetos, uma vez que o CEHIDRO é um conselho novo ele deve aprender com o que é
102 feito nos mais antigos e não deixar que atue apenas como recursal, mas sim determine

103 políticas para a gestão dos recursos hídricos. O Secretário Executivo colocou que o
104 CEHIDRO encontra-se bem alicerçado na Política de Recursos Hídricos, destacando que
105 hoje em dia o Conselho trabalha com a política em si. O conselheiro Antônio Vecchiato
106 cumprimentou o Presidente pela sua presença na reunião e destacou que os conselheiros
107 tem conhecimento que tanto ele quanto o Secretário Adjunto acompanham as decisões
108 do CEHIDRO, mas que é bom ouvir isto diretamente do Presidente, aproveitando para
109 parabenizá-lo pela autonomia dada a SURH, o que foi muito bom para o desenvolvimento
110 do conselho. O Presidente colocou então que na gestão florestal já se sabe o que fazer e
111 que na SEMA existe uma preocupação com a gestão dos recursos hídricos, por ser um
112 estado de cabeceiras, ponderando que no início a outorga terá muita tensão, mas também
113 terá muita atenção da SEMA. Colocou ainda que na outorga não podem ser cometidos
114 erros e destacou que a preocupação com os recursos hídricos foi colocada no
115 Zoneamento Social – Econômico - Ecológico e que a agenda do futuro é a agenda de
116 recursos hídricos, uma vez que o artigo 23 da constituição, que trata do licenciamento
117 ambiental, será regulamentado e tudo será fundamentado pela gestão de recursos
118 hídricos, quando o CEHIDRO será fundamental. A conselheira Josita Priante colocou que
119 o CEHIDRO está sendo bem conduzido pelo Secretário Executivo e pela Secretária do
120 CEHIDRO, destacando que tem certeza que o Secretário Executivo leva os anseios dos
121 conselheiros corretamente ao Presidente, ponderando que é necessário também ouvir a
122 contrapartida, o posicionamento do Presidente, ao que o Presidente colocou que os
123 conselheiros podem ter certeza que o colocado pelo Secretário Executivo é o seu
124 posicionamento, destacando que existe a necessidade de se ter uma descentralização
125 das tarefas na SEMA, e que todas as decisões do CEHIDRO são levadas a ele pelo
126 Secretário Executivo e exigido que as mesmas sejam cumpridas. O Secretário Executivo
127 deu continuidade à pauta, colocando aos conselheiros que como a resolução apresentada
128 possui falhas, a mesma será reescrita e enviada aos conselheiros para sugestões, e
129 rediscutida na próxima reunião. A conselheira Ildisneya Dambros, em nome da
130 SANECAP, agradeceu a presença de todos no Museu das Águas, colocou aos
131 conselheiros que a conselheira Eliana Rondon, a qual também é presidente da SANECAP
132 estaria a caminho da reunião. O Secretário Executivo agradeceu o espaço e em seguida
133 informou aos conselheiros que o novo Código Ambiental de Mato Grosso está em
134 andamento e passou a palavra para a conselheira Alessandra Panizi, que é a relatora da
135 Câmara Temática de Recursos Hídricos, a qual colocou que o Código está sendo
136 sistematizado, sendo colocado as decisões das Câmaras Temáticas em um texto só e o

137 mesmo será votado no dia 25 de julho. Ponderou ainda que quando o texto vai para a
138 Assembléia Legislativa sai da alçada dos elaboradores, mas destacando que os
139 conselheiros podem estar seguros que a sua opinião foi respeitada até o envio. O
140 Secretário Executivo lembrou aos conselheiros que serão realizados este mês dois
141 encontros públicos do Plano Estadual de Recursos Hídricos, no dia 17 em Rondonópolis e
142 no dia 31 em Barra do Garças, e que já foi realizado um encontro em Sinop, no dia 18 de
143 Junho, onde participaram como representantes do CEHIDRO os conselheiros Eloi
144 Brandão e Marli Aguiar, representantes da ARPCA. A conselheira Telma Monteiro
145 questionou se o texto consolidado do Código pode ser disponibilizado aos conselheiros,
146 ao que o Presidente respondeu que é possível, ponderando que a sistematização serviu
147 apenas para verificar se os artigos não colidiam entre si e que não serão feitas novas
148 discussões sobre o código, a não ser que surjam novos temas ainda não contemplados
149 no mesmo. Destacou ainda que em relação a Assembléia Legislativa, está ocorrendo uma
150 movimentação para que o que foi discutido nas câmaras temáticas sejam respeitadas, até
151 para valorizar o trabalho de quem participou das mesmas. O Presidente pediu desculpas
152 e informou que teria que se ausentar, devido a uma convocação para participar de uma
153 reunião no Ministério Público. O Secretário Executivo deu continuidade a pauta e passou
154 a palavra à conselheira Telma Monteiro, para apresentar o Programa VIGIAGUA –
155 Programa de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano, da
156 Secretaria de Saúde. A conselheira Telma Monteiro iniciou a apresentação colocando
157 aos conselheiros que a apresentação seria feita por ela e pela conselheira Vera Lopes e
158 que este programa é uma política do governo que visa garantir à população o acesso a
159 água em quantidade e qualidade compatível com o padrão vigente para a promoção da
160 saúde. Prosseguiu apresentando a legislação referente ao tema, os objetivos e a
161 estruturação do programa. Em seguida passou a palavra a conselheira Vera Lopes, a qual
162 colocou aos conselheiros que o programa é dividido em três fases, sendo elas a fase de
163 cadastro, controle e vigilância, sendo que controle é feito pelas próprias operadoras do
164 serviço de abastecimento e a vigilância é feita pela SES. O Secretário Executivo
165 questionou onde são colocados os pontos de coleta, ao que a conselheira Vera Lopes
166 respondeu que a operadora é responsável pela qualidade da água até o cavalete do
167 consumidor, portanto se tem pontos de monitoramento na saída do tratamento e na rede
168 de distribuição em pontos críticos definidos em um plano de amostragem, para verificar o
169 sistema como um todo. Colocou ainda que somente 20% dos municípios do Estado
170 cumprem o plano de amostragem. A conselheira Ildisneya Dambros colocou que a

171 SANECAP é uma das operadoras que cumprem o plano de amostragem que engloba a
172 saída de todas as ETAs e a rede de distribuição e que a mesma tem um bom
173 relacionamento com a SES, destacando que os mesmos são extremamente rigorosos e
174 que com base em relatórios da SES a SANECAP conseguiu fazer uma série de melhorias
175 no seu sistema. O Secretário Adjunto colocou que o CEHIDRO pode fazer uma moção
176 solicitando que a SUIMIS em conjunto com a SUF regularizem através de licenciamento
177 ambiental os sistemas de tratamento dos municípios do Estado. A conselheira Telma
178 Monteiro agradeceu a atenção e pediu a colaboração de todos para que o VIGIAGUA se
179 torne um programa efetivo, solicitando ainda que a SEMA encaminhe os dados do
180 monitoramento da água nos mananciais bem como o levantamento dos sistemas de
181 tratamento de água no estado que possuem licenciamento ambiental, ao que o Secretário
182 Adjunto ponderou que esta solicitação pode ser incluída na moção, destacando que a
183 SES deve encaminhar a lista de municípios prioritários para que a SEMA possa notificá-
184 los. A Sra. Ellen Pantoja, Gerente de Outorga, colocou que os dados do monitoramento
185 se encontram disponíveis no Hidroweb, sendo complementada pelo Sr. Sergio Figueiredo,
186 Gerente de Laboratório e Ensaios, que os relatórios de monitoramento também se
187 encontram disponíveis no site da SEMA, mas que pode ser feito um intercâmbio de
188 informações mais direto com a SES. Dando continuidade à pauta o Secretário Executivo
189 colocou aos conselheiros que na última reunião a Secretaria Executiva percebeu que os
190 conselheiros estavam confusos em relação às diferenças entre outorga e licenciamento e
191 solicitou à Gerente de Outorga, Sra. Ellen Pantoja, que fizesse uma rápida apresentação
192 diferenciando os dois. Passou a palavra a Sra. Ellen Pantoja, a qual iniciou a
193 apresentação colocando aos conselheiros o que é a outorga de direito de uso da água e
194 quais as suas funções, o aparato legal envolvido com o ato de outorga no estado,
195 destacando que a outorga olha a bacia como um todo e compatibiliza todos os usos
196 antrópicos existentes na mesma. Colocou ainda que para se outorgar é necessário se
197 conhecer o quanto de água se tem na bacia, por isso a importância do estudo de
198 regionalização que será apresentado em seguida. Destacou que a outorga e o
199 licenciamento são atos distintos e que a outorga deve ocorrer primeiro. A conselheira
200 Josita Priante questionou como é feita a fiscalização e como será a multa para quem
201 captar água sem possuir a outorga, ao que a Sra. Ellen Pantoja respondeu que as
202 penalidades estão na legislação e que será feita a fiscalização pela SEMA, ponderando
203 que o principal ponto de fiscalização entretanto serão os próprios usuários, que poderão
204 ser prejudicados pela captação ilegal. A conselheira Telma Monteiro questionou se foi

205 dada alguma outorga além da SANEAR, ao que a Sra. Ellen Pantoja respondeu que está
206 se aguardando conhecer a quantidade de água existente para iniciar efetivamente a
207 outorga. A conselheira Ildisneya Dambros questionou se a outorga já é obrigatória no
208 Estado, sendo respondida pela Sra. Ellen Pantoja que a outorga já está instituída no
209 Decreto Estadual nº 336 de 06 de junho de 2007, a SEMA está aguardando o sistema de
210 outorga entrar em funcionamento para colocar como obrigatória nos processos de
211 licenciamento. Não havendo mais questionamentos a Sra. Ellen Pantoja colocou aos
212 conselheiros que seria apresentado o Estudo de Regionalização para o Estado e passou
213 a palavra à Sra. Gisela Coelho Nascimento, a qual iniciou a apresentação colocando aos
214 conselheiros que faz parte do consórcio CEMA/TECNOMAPAS, consultoria contratada
215 para fazer o sistema de outorga e o estudo de regionalização. Colocou aos conselheiros
216 que a regionalização é um dos pontos em que o sistema de outorga se apóia, destacando
217 que a mesma é usada para se calcular a Q95, a vazão de referência que determina o que
218 é outorgável. Apresentou aos conselheiros os passos para o estudo de regionalização e
219 os resultados do mesmo, destacando que existem áreas onde não se têm dados e que
220 nestas estes foram inferidos pelas bacias vizinhas. Destacou ainda a necessidade de se
221 aumentar o número de postos de coleta de dados no estado para se ter uma maior
222 precisão dos dados apresentados no estudo. O Secretário Adjunto questionou se os
223 postos fluviométricos no estado de Goiás têm a mesma frequência dos de Mato Grosso,
224 ao que a Sra. Gisele Nascimento respondeu que sim, pois ambos são operados pela
225 ANA, e destacou que os mesmos foram usados para os cálculos por influenciarem a
226 vazão. A conselheira Telma Monteiro questionou se no estudo de regionalização serão
227 apontados onde deverão ser colocados os novos postos de coletas de dados, sendo
228 respondida pela Sra. Gisele Nascimento que este é um estudo a parte, sendo colocado
229 pela Sra. Ellen Pantoja que a SEMA já possui um termo de referência para realizar este
230 estudo. O Secretário Executivo colocou que o mesmo já foi protocolado na SEMA e está
231 em andamento, ponderando que saber onde os postos devem ser instalados é uma coisa
232 e realmente instalá-los é outra, destacando que no PROÁGUA Nacional está contemplada
233 esta rede, ficando a SEMA responsável pelo estudo de adensamento da rede e a ANA
234 pela instalação dos postos. O Secretário Executivo colocou que esta é uma primeira etapa
235 do produto e que é uma vitória também do CEHIDRO, que participou do processo que se
236 desenvolve desde 2004. A conselheira Josita Priante informou aos conselheiros que a
237 UFMT lançou uma revista de extensão a qual no primeiro número traz uma reportagem
238 sobre o projeto “Amigos da Lagoa”, um trabalho que envolve a comunidade. A conselheira

Ildisneya Dambros colocou que será realizado em Cuiabá um curso de Avaliação de Eficiências em ETAs, no período de 14 a 18 de julho. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 12h 21min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN

Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI

Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 12/09/2008.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*